

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
20:00 HORAS.

ATA Nº 035 - “C”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a 2ª Secretaria e proceda à leitura da Ata.

(O SR. PEDRO SATÉLITE ASSUME A 2ª SECRETARIA E PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 2586/00, do Conselheiro Ary Leite de Campos, comunicando o registro da Declaração de Bens de final de gestão 1995/1998 do ex-Deputado Wilson Santos; Ofício nº 011/00, do Deputado Romoaldo Júnior, justificando a sua ausência das Sessões nos dias 04, 05 e 06, em virtude de estar acompanhando a instalação do Projeto “Luz no Campo”, em Alta Floresta; Ofício da Câmara Municipal de Baturité, no Estado do Ceará, parabenizando esta Casa pela entrega de Título de Cidadão Mato-grossense ao baturitense Francisco de Assis Germano Arruda; Ofícios nºs 190 e 199/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, Cartas nºs 39, 40, 41, 42, 43 e 45, do Diretor de Relações Institucionais da TELEMAT, em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

“Ofício nº 0514/00, datado em 05 de abril de 2000, do Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Munir Feguri, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Riva.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência Projeto de Lei que trata da alteração da base de cálculo estabelecida pela Lei nº 7.256, de 12 de janeiro de 2000, em substituição ao Projeto remetido através do Ofício nº 0325/00, visto que a redação constante do primitivo projeto não se encontra adequada à referência equivalente ao salário mínimo, como aprovado pelo Tribunal Pleno deste sodalício.

Dessa forma, estando corretos os demais termos do Projeto de lei, prevalece a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
20:00 HORAS.

Justificação encaminhada no Ofício já epigrafado.

Sem mais para o momento, apresento a V. Ex^a meus protestos de estima e consideração.

Desembargador MUNIR FEGURI
Presidente do Tribunal de Justiça em exercício”

Eu vou ler o Projeto de Lei dos Oficiais de Justiça que está tramitando nesta Casa e que é objeto, nesses últimos dez dias, de discussões com o Tribunal de Justiça. Parece-me que os Oficiais de Justiça estão aqui hoje.

Sr. Presidente, nós queremos parabenizar o Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça pelo trabalho leal com a classe, que é muito difícil. Normalmente, funcionário do Tribunal de Justiça, funcionário do Fórum tem medo de Juiz, Desembargador, porque eles ameaçam mesmo! Todos têm cargos vitalícios, e fica todo mundo aí tremendo de medo, inclusive a maioria do Deputados!

Mas diz aqui:

**“Altera a base de cálculo estabelecida no
Art. 2º da Lei nº 7.256, de 12 de janeiro
de 2000, e dá outras providências.**

Art. 1º A base de cálculo, para efeito de pagamento da gratificação de produtividade aos Oficiais de Justiça e Avaliadores, será o valor do Vencimento Base da Referência 10 da Tabela Salarial - Nível Médio dos Servidores do Poder Judiciário.

Art. 2º Afere-se a produtividade, quando cumprida de forma satisfatória a diligência, não incidindo antes de cumprido o mandado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, em parte, o *caput* do art. 2º da Lei 7.256, de 12.01.00.”

Sr. Presidente, nós aqui sempre estivemos em defesa, e sempre vamos estar, dos Oficiais de Justiça, mas eu quero fazer uma reclamação aos Oficiais aqui na Casa, pela forma como alguns Oficiais de Justiça têm abordado alguns Deputados aqui, que não condiz com a maioria da categoria. Nós queremos depois conversar com o Presidente, porque dois ou três Oficiais de Justiça já adentraram aqui no prédio... O Parlamentar é um cidadão como qualquer um, tem processo, deve, paga, não paga, isso é normal da nossa vida, mas a forma deselegante como três Oficiais de Justiça se dirigiram a esta Casa aqui, procurando alguns colegas, eu não vou mais admitir, como 1º Secretário, e creio que V. Ex^a, como Presidente, também não.

Nós queremos dizer que estamos aqui em defesa do salário dos Oficiais de Justiça, e antes de votar esse Projeto eu quero o aval do Presidente aqui embaixo. Eu quero que ele desça aqui, se possível agora, para que ele me libere para votar, porque até de manhã o meu voto era contrário ao Projeto.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA).

A Presidência cumprimenta todos os Oficiais de Justiça presentes, e agradece pela presença!

Quero reiterar as palavras do Deputado Humberto Bosaipo, porque o que o Deputado Humberto Bosaipo aqui afirmou tem ocorrido com certa frequência, temos recebido reclamações de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Deputados até de terem sido interpelados de forma muito dura, ou nos corredores da Casa ou na rua, e não é por isso, logicamente, que nós vamos deixar de apoiar - o Deputado Humberto Bosaipo tem toda razão. A categoria é que tem que discutir os assuntos do seu interesse.

O Deputado Carlos Brito - eu quero fazer justiça ao trabalho do Deputado Carlos Brito - encaminhou, juntamente com o Deputado Zé Carlos do Pátio e demais Deputados, ontem, de forma correta, a solução desse impasse, porque foi fruto desse encaminhamento a alteração feita pelo Desembargador Presidente Munir Feguri, logicamente que em consenso com os demais Desembargadores. Sem dúvida nenhuma, se é o melhor para a classe, contará com o nosso apoio.

Quero, também, apresentar uma Moção de Solidariedade e uma Indicação de nossa autoria:

1º) **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE:** Nos termos do art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, a aprovação de Moção de Solidariedade aos profissionais pedagogos do Brasil, devendo ser encaminhada aos Exm^{os} Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara Federal, na seguinte forma:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros e a requerimento do Deputado Riva, manifesta sua solidariedade aos profissionais pedagogos do Brasil, pela destemida luta em defesa de seus direitos, mais especificamente pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.746/98, que trata da regulamentação dessa honrosa profissão, além da defesa constante e intransigente do estabelecimento definitivo de uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Tramita na Câmara Federal Projeto de Lei nº 4.746/98, que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo e dá outras providências”, com o Dia do Pedagogo devendo ser comemorado nacionalmente em 20 de maio de cada ano, com ponto facultativo para a categoria. Essa proposta merece um tratamento diferenciado, e com certa urgência, pois trata-se de estabelecer definitivamente os critérios para o exercício desses profissionais.

Para melhor explicar a necessidade dessa Moção de Solidariedade, faço anexar à presente uma circunstanciada justificativa, bem elaborada pela Associação Brasileira de Pedagogia, entidade que vem lutando pela defesa do ensino de qualidade e pela garantia de direitos e conquistas da categoria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Peço o apoio dos colegas Deputados, pois trata-se de uma propositura justa. Inclusive, nós desconhecíamos que a profissão de pedagogo não era regulamentada, só tomamos conhecimento disso através do Presidente da Associação, e juntamente com a Deputada Serys Slhessarenko estamos apresentando essa Moção, para que o Senado e a Câmara Federal tratem com a maior brevidade possível essa questão.

2º) **INDICAÇÃO:** Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Agricultura, a necessidade de inclusão de Mato Grosso no Programa Nacional de Produção de Sementes em Comunidades Rurais, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e pela EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Nos termos do Art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Agricultura, mostrando-lhes a necessidade de inclusão de Mato Grosso no Programa Nacional de Produção de Sementes em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
20:00 HORAS.

Comunidades Rurais, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e pela EMBRAPA, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e EMBRAPA, em parceria com a ECT, lançou no ano passado a Campanha Nacional de Produção de Sementes em Comunidades Rurais, que pretende atingir cerca de cinco mil comunidades, com mil pequenos agricultores e quinhentos mil hectares com o plantio de milho e feijão.

O Diretor-Presidente da EMBRAPA, Alberto Duque Portugal, manifestou no lançamento da Campanha, “que esta é uma forma realista de se trabalhar com a agricultura familiar”. Ele explicou que com a melhoria de sementes plantadas é possível haver ganhos significativos na produtividade e, conseqüentemente, na renda dos produtores.

A campanha abrangerá comunidades rurais das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, objetivando alterar o atual quadro, que é a utilização de 40% das sementes plantadas, de baixa qualidade e, por conseqüência, reduzida produtividade.

Ao exposto, quero com a presente indicação manifestar a necessidade de Mato Grosso participar ativamente dessa campanha, beneficiando, assim, centenas de famílias de pequenos produtores rurais de todo o nosso Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

É inconcebível que Mato Grosso seja um dos poucos Estados que não está inserido nesse programa. Não sei se por falta de ação, por omissão, ou por desinteresse, mas eu quero cobrar o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Agricultura.

Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko .

A SR SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trabalhadores da Educação Pública do nosso Estado, Oficiais de Justiça, presentes aqui hoje.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar com emoção, nesta tribuna, o resultado do julgamento do companheiro Zé Rainha, que foi absolvido, há poucas horas, em Vitória, num júri popular, no Espírito Santo. Felizmente, a justiça se faz, às vezes, com dificuldade neste País, mas se faz.

Eu quero registrar aqui, também, a Audiência Pública que aconteceu hoje à tarde. Infelizmente, foram poucos os Parlamentares que se fizeram presentes, e o Governo do Estado se fez absolutamente ausente. Com relação ao Governo do Estado, nós já deixamos esse repúdio registrado e registramos aqui também, porque ele precisava estar abrindo esse diálogo com os trabalhadores da Educação.

Os trabalhadores da Educação, conforme eu venho falando todo dia, em toda Sessão, nesta tribuna... Nós precisamos, Parlamentares de Mato Grosso, atuar no sentido de resolver a pauta de reivindicações dos trabalhadores da Educação do Ensino Público de Mato Grosso. Há um indicativo de greve para os trabalhadores da Educação de todo o Estado de Mato Grosso, inclusive da Capital, do Município de Cuiabá, para o dia 10.

Está em tempo, como venho dizendo há muitos dias, há tempo! Discuta-se, abra-se esse canal! Em especial, eu tenho pedido à Bancada de Situação que faça isso junto ao Governo do Estado.

Estamos com a expectativa de que amanhã essa audiência aconteça, e que essa pauta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

de reivindicações seja atendida, resolvida, para que a gente não precise - a gente que eu falo são os trabalhadores da Educação, mas eu sou uma educadora antes de ser uma Deputada, nisso eu me incluo -, não precise irromper um movimento de greve, mas se isso acontecer, a responsabilidade é total e absoluta do Governo do Estado.

Hoje, na Audiência Pública, nós tivemos mais de quarenta municípios presentes, de todo Estado de Mato Grosso. Temos, aqui, duas cartilhas, uma cujo título é “Política de Investimento do Governo Dante x Salário do Funcionalismo Público” - infelizmente, eu só tenho três minutos e não posso tratar do assunto -, e a outra é o “Poder de Compra do Piso Salarial da Educação”. São estudos profundos, dados extremamente sérios, de pesquisa realmente, e que fazem um retrato da realidade que está aí. E, por isso, tem que ser estudado, tem que ser visto, tem que ser considerado por todos, em especial a Bancada do Governo, para atuar junto ao Governo do Estado para que isso se resolva.

E aqueles que não foram à Audiência Pública, por favor, leiam...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...Um minuto, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedido.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Eu gostaria também - infelizmente o tempo é pouco - de dizer aos Senhores Oficiais de Justiça da nossa preocupação, porque desde ontem vários Deputados, eu estou aqui falando pela minha pessoa, pelo nosso Partido, eu e o Deputado Gilney Viana, mas outros Deputados estavam com essa preocupação com relação à questão salarial.

O Projeto que nós aprovamos aqui - eu pelo menos aprovei num outro momento extremamente consciente -, nós aprovamos com consciência, porque isso era o justo, isso nós buscávamos e isso nós estávamos defendendo, porque era para atender os interesses, as necessidades dos Senhores. Infelizmente, volta de lá do Tribunal de Justiça algo que não condiz com a realidade e a necessidade dos Senhores, e um grupo de Deputados aceitou e houve essa negociação. Infelizmente, parece-nos que não saiu como deveria ser, mas está melhorado. Parece que há uma decisão, uma vontade para que se aprove dessa forma. O nosso voto será favorável, mas nós realmente deixamos aqui, mais uma vez, o repúdio à Presidência do Tribunal de Justiça, que trata muitos que lá trabalham como pessoas não dignas dos salários - e muitos lá têm salários dignos demais para o meu gosto, e outros indignos.

Por isso, contem com o nosso apoio, e quero dizer que eu já tive vários contatos com os Oficiais de Justiça, inclusive me trazendo várias convocações, e sempre tive um relacionamento da melhor qualidade. Eu gostaria de deixar isso aqui registrado. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Wilmar Peres.

O SR. WILMAR PERES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi de um ex-colega nosso, Deputado Lincoln Saggin, ex-Prefeito de Torixoréu, uma ligação telefônica me alertando sobre a ponte do Ribeirão São João, que liga Torixoréu a Ribeirãozinho e Alto Araguaia. Essa ponte está em péssimo estado de conservação e é necessário que o Governo do Estado mande, imediatamente, providenciar a sua recuperação, por isso, quero apresentar uma Indicação:

Indica ao Exm^o Sr. Governador, extensivo ao Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da reconstrução da ponte sobre o Córrego São João e o patrolamento da MT-100, no trecho entre Pontal do Araguaia e Torixoréu.

Nos termos do art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador, extensivo ao Diretor-Presidente do DVOP, afirmando a necessidade de reconstrução da ponte sobre o Córrego São João e o patrolamento da MT-100 no trecho entre Pontal do Araguaia e Torixoréu.

JUSTIFICATIVA

A população do Pontal do Araguaia, através da Câmara Municipal local, mais uma vez manifestou sua preocupação e insatisfação quanto ao precário estado de conservação da MT-100, principalmente no trecho compreendido entre aquele município e a cidade de Torixoréu.

Atualmente a estrada encontra-se praticamente intransitável, prejudicando profundamente toda aquela vasta região produtiva, para a qual a via em questão é de importância estratégica e fundamental.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado WILMAR PERES - PPS

Recebi também um Ofício, assinado por todos os Vereadores de Pontal do Araguaia, solicitando melhorias na MT-100, que liga a cidade de Pontal do Araguaia às cidades de Ribeirãozinho e Alto Araguaia.

Essa Rodovia, Sr. Presidente, a MT-100, é uma rodovia que está sempre estrangulada, haja vista o trecho de Cocalinho a Araguaiana. Há mais de cinco anos que o tráfego ali vem sendo interrompido por seis meses do ano, durante o período de chuvas. É uma rodovia que merece uma atenção maior do Governo, porque é uma rodovia de integração da faixa leste do Estado de Mato Grosso, a chamada Região do Médio e Alto Araguaia.

Nós queremos também, nesta oportunidade, lembrar que essa mesma Rodovia, quando assumimos o Governo de Mato Grosso, autorizamos a pavimentação de um bom trecho dessa estrada. Infelizmente, o Governo que me sucedeu desautorizou as empreiteiras de realizar aquele trabalho, e hoje vai fazer falta essa pavimentação, porque nós estamos vendo a estrada de ferro que está chegando à região do Araguaia, depois a Rondonópolis, e ela serviria, é uma boa rodovia... A MT-100 pavimentada seria a via correta para o escoamento da produção de boa parte da nossa região.

Infelizmente não aconteceu, porque o Governo do Estado informou que as suas prioridades eram outras e não aquela pavimentação.

Agora ficamos nós, companheiro Humberto Bosaipo, companheiro Alencar Soares, que somos representantes dessa região, para acompanhar...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. WILMAR PERES - ...Mais um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedido, Deputado.

O SR. WILMAR PERES - ...para estar atentos aqui, quando da elaboração, não sei qual o momento mais oportuno, do Orçamento do Estado, e alocar recursos, pelo menos, para uma melhoria considerável na MT-100 no trecho entre Cocalinho e Araguaiana, na região de Barra do Garças, em direção a Alto Araguaia. Essas são as nossas considerações, e fica aqui essa nossa Indicação ao Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago em mãos um Projeto de Resolução que concede Título de Cidadão Mato-grossenses ao grande Reitor da UNEMAT, Arno Rieder, pelos serviços prestados a Mato Grosso, pelo seu desempenho na nossa universidade estadual:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Arno Rieder.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no Art. 251 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Arno Rieder o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Arno Rieder nasceu em 18 de maio de 1952, na cidade de Erechim-RS, filho de pequenos agricultores, Sr. Frederico Rieder e Srª Maria A. Rieder, e formou-se em Engenharia Agrária pela Universidade Federal de Pelotas, em 1975.

Especializou-se em Irrigação e Drenagem Agrícola pela Universidade de Santa Maria, em 1984, e em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Mato Grosso, em 1983.

Fez mestrado em Agricultura Tropical - Uso e Conservação de Recursos Naturais, pela Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Mato Grosso, em 1985, e Doutorado em Saúde e Ambiente - Química Ambiental - Subárea de Pesticidas na Saúde e Ambiente, pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, em 1999.

Vem se destacando ao longo dos anos em todas as atividades que desenvolve, entre elas: Diretor-Geral do *campus* avançado de Cáceres, entre 1976 e 1979, Supervisor do Escritório Social da EMATER de Cáceres, Gerente Regional do Programa Pró-várzea - EMATER/MT, e atualmente exerce o cargo de Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso, desde agosto de 1998, e na reitoria da UNEMAT está realizando um trabalho de grande dinamismo e aprimorando da universidade do nosso Estado.

A atuação do Reitor Arno Rieder na direção da UNEMAT, conforme consta no item 5 do *curriculum* em anexo, está garantindo, com a sua equipe, a ampliação do atendimento - mais vagas e cursos, melhorando a qualidade dos serviços com o ensino de graduação, de pós-graduação, pesquisa e extensão universitária - em mais de cem municípios do Estado de Mato Grosso.

Realiza trabalho em parceria com várias Secretarias do Estado - SEDUC, SEJSU, SAD, SEFAZ, SEPLAN, etc - e com Prefeituras, Fundações e associações, FAPEMAT, MEC - CAPES, MC & T - CNP, e outras IES.

Atualmente a UNEMAT conta com mais de quarenta cursos e sete mil alunos de graduação, matriculados em cursos regulares, modulares, módulos temáticos, parceladas, licenciamento - MST, licenciaturas para professor indígena, ano 2000, licenciaturas, ensino a distância. Trabalhando em consonância com as grandes metas do Estado de Mato Grosso, busca a sintonia com o Executivo e o Legislativo do Estado de Mato Grosso, preservada sempre a autonomia universitária. A UNEMAT, no início do ano 2000, possui: dez *campi* - Cáceres, Pontes e Lacerda, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Luciara, Alta Floresta, Colíder, Sinop, Barra do Bugres, Tangará da Serra -, e vários núcleos, funcionando em Rosário Oeste, Guarantã do Norte, Matupá, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Jauru, Araputanga, Comodoro e Cláudia. E ainda desenvolveu relevantes projetos e pesquisas na área de agricultura, bem como executou projetos ambientais e comunitários.

Pelos motivos expostos, por sua contribuição para o crescimento e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, por seu incansável trabalho honesto, é merecedor desta harmonia.

Assim, conclamo meus ilustres Pares a aprovarem esta justa homenagem, a de conceder ao Sr. Arno Rieder o Título de Cidadão Mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Se formos ler este currículo, este tempo regimental não daria... Sr. Presidente, eu não vou ler mais, porque isso bastaria para que esta Casa concedesse esse Título de Cidadão Mato-grossense. E peço a V. Ex^a para marcar aqui uma Sessão Solene, porque diversas personalidades já receberam o seu Título de Cidadão e nós precisamos outorgá-los numa Sessão Solene.

E arremato dizendo, Sr. Presidente, que parece que não é mais crime matar neste País, porque o Sr. José Rainha foi absolvido por quatro votos a três, com testemunhas dizendo que ele foi o autor do crime. Ora, não deveriam aqui vir se congratular com criminosos ou com supostos criminosos, porque vem de uma apelação. Naturalmente, o Promotor vai apelar. Ou será que é crime quando um cidadão tem a sua propriedade invadida e a defende de acordo com as nossas leis?

Eu acho que a Deputada Serys Slhessarenko foi infeliz ao vir se congratular com um suposto criminoso, que deixou esse policial também com viúva, com filhos, às vezes desamparados, e esse proprietário rural que foi assassinado também, sem uma justificativa, e deixou seus familiares, órfãos e viúva. A absolvição não é motivo de congratulação - é esse o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiro eu quero me congratular com a categoria dos Oficiais de Justiça por essa grande vitória, que é uma vitória não só da categoria como do Parlamento aqui, porque ultimamente todos os projetos aqui vêm sendo "patrolados".

Eu quero aqui citar alguns Deputados que tiveram um papel fundamental nessa Comissão: um foi o Deputado Humberto Bosaipo, que se posicionou duro no primeiro discurso dele aqui nesta Casa há algum tempo, dizendo que entre aumentar o número de Desembargadores e manter um salário digno para os Oficiais de Justiça, ele manteria o salário digno para os Oficiais. Outro que eu quero aqui parabenizar é o Deputado Nico Baracat, porque, ontem, esse Projeto iria passar, seria votado, e o Deputado Nico Baracat conseguiu articular para que Projeto não fosse votado. E, por último, o Deputado Carlos Brito, que intermediou esse contexto todo.

Também quero colocar a minha posição política. Eu jamais votaria num Projeto desse sem o apoio da categoria. Na hora em que eu vi esse Projeto, quando ele chegou aqui, procurei a categoria e fiquei sabendo que não foi feita uma discussão com a categoria, na verdade, passaram uma mensagem para nós que não era verdadeira, e eu jamais, pelo meu compromisso político, jamais votaria contra a categoria.

Quero aqui, Sr. Presidente, também dizer, em relação ao Projeto de Lei de iniciativa popular que nós propomos, que a cada hora chega uma carta do interior! Hoje de manhã chegou de Vera, chegou de municípios como Colíder, e agora à noite chegou da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis, chegou de Canarana, chegou de Poconé, chegou de Barra do Garças, chegou carta de Sorriso, Água Boa, um companheiro mandou de Várzea Grande! Eu quero dizer o seguinte: o Projeto de Lei de iniciativa popular para reduzir imposto da energia elétrica, para reduzir imposto da telefonia, virou uma realidade, não tem mais retorno, ou há um retorno ou há uma revogação da Lei, para abaixar o imposto da energia, ou o Governo vai receber uma pressão popular muito grande.

Outra questão que eu queria fazer encaminhamento, Sr. Presidente, uma outra coisa que o Governador vai ter que se curvar aqui, isso eu digo com minhas próprias palavras - não dou uma semana, ele não vai agüentar a pressão, uma semana -, que é a redução da taxa do combustível.

Deputado Silval Barbosa, V. Ex^a que está lutando muito por essa causa, não dou uma semana e ele vai ter que mandar um Projeto de Lei para reduzir a taxa do combustível. Faço essa declaração pública aqui e quero que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, porque não é justo o FETHAB-Fundo Estadual de Transporte e Habitação, que aumentou o preço do boi, que vai transferir para a carne, o preço da soja...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...e do combustível. E o Governador vai se curvar a este Parlamento e vai revogar uma parte dessa Lei.

Por último, Sr. Presidente, eu quero aqui colocar que hoje nós tivemos uma reunião com o SINTEP, em que o SINTEP mostrou, com muita competência, que a arrecadação do Estado cresceu, e cresceu muito, e os salários deles, a cada dia, estão mais achatados. Então, na verdade, o investimento... Eles já tiveram uma perda salarial de 60% nos seus salários, e realmente eles poderão entrar em greve até o dia 10 de abril.

Por último, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Rene Barbour, eu quero dizer, Deputado, que realmente a absolvição do José Rainha foi um grito de liberdade, foi um grito da democracia. Ele não tinha nada a ver com aquilo, ele é um homem inocente e é um homem que defende os interesses da classe mais desfavorecida e do trabalhador. Então, na verdade, ganhou a democracia com a libertação realmente do José Rainha. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa, estamos usando o Pequeno Expediente para apresentar três Indicações de nossa autoria:

1ª) Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de executar os serviços emergenciais de patrolamento e encascalhamento da Rodovia MT-343.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, demonstrando a urgente necessidade de executar os serviços emergenciais de patrolamento e encascalhamento da Rodovia MT-343, no trecho compreendido entre os Municípios de Barra do Bugres e Cáceres, neste Estado.

JUSTIFICATIVA

O trecho da Rodovia MT-343, compreendido entre os municípios de Barra do Bugres e Cáceres, neste Estado, necessita urgentemente de que seja executado um bom serviço de patrolamento e encascalhamento, e se não houver este trabalho, o trânsito poderá ser interrompido brevemente.

Devido às más condições da rodovia, os usuários sofrem todos os tipos de prejuízos. São caminhões, carros de passeio, ônibus, ambulâncias, que não chegam aos seus destinos, devido à quebra dos mesmos.

Por tudo que aqui está dito é que justificamos a nossa indicação, esperando contar com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente.

Plenário das Deliberações Oscar Soares, 05 de abril de 2000

Deputado AMADOR TUT - PL

2ª) Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de executar os serviços emergenciais de patrolamento e encascalhamento da Rodovia MT-241.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, demonstrando a urgente necessidade de executar os serviços emergenciais de patrolamento e encascalhamento da Rodovia MT-241, trecho compreendido entre Nobres e Marzagão, neste Estado.

JUSTIFICATIVA

O trecho da Rodovia MT-241, compreendido entre Nobres e Marzagão, neste Estado, encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando de um bom serviço de patrolamento e encascalhamento, e se não houver este trabalho urgentemente o trânsito poderá ser interrompido brevemente.

O estado precário em que se encontra a rodovia mencionada traz enormes prejuízos a quem trafega pela mesma, pois a má conservação proporciona quebra de todos os tipos de veículos, aumentando substancialmente o custo operacional.

Por tudo que aqui está dito, justificamos a nossa Indicação, esperando contar com apoio dos nobres Pares, no sentido de aprová-la.

Plenário das Deliberações Oscar Soares, 05 de abril de 2000

Deputado AMADOR TUT - PL

3ª) Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de executar os serviços de implantação asfáltica da Rodovia MT-251.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, demonstrando a urgente necessidade de executar os serviços de implantação asfáltica na Rodovia MT-251, trecho compreendido entre os Municípios de Chapada dos Guimarães e Campo Verde, neste Estado.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia MT-251, trecho compreendido entre os Municípios de Chapada dos Guimarães e Campo Verde, é em sua essência um importante corredor para o escoamento da produção da região e para a movimentação de insumos, além evidentemente do transporte de cargas de passageiros.

A ligação asfáltica é de vital importância para a região, uma vez que proporcionará, além do conforto para quem trafega por ela, uma redução no preço do frete, por isso é necessário que o DVOP faça a implantação asfáltica da MT-251, de imediato.

A economia destes municípios se faz principalmente da agricultura e pecuária, por isso é necessária a execução das obras que aqui indicamos.

Por tudo que aqui está dito, justificamos a nossa Indicação, esperando contar com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprová-la.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado AMADOR TUT - PL

Sr. Presidente, nós não podemos deixar de trazer ao conhecimento desta Casa que ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

aprovarmos aquele Projeto de Lei, em que o Governo citou o custo para estrada, rodovia e habitação, o nosso Estado deve sofrer uma paralisação, porque na área produtiva não terá condições de arcar com essa responsabilidade. Podemos nos preparar, porque dentro dos próximos dias, se isso não for modificado, serão paralisadas as atividades no Estado de Mato Grosso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar uma Indicação e um Requerimento:

1º) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, a urgente necessidade de proceder a estudo de viabilização técnica para ampliação da rede de energia elétrica no Bairro Aeroporto, no Município de Rosário Oeste.

Nos termos do Art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da Rede CEMAT, Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, expressando a necessidade de proceder a estudo de viabilização técnica para ampliação da rede de energia elétrica no Bairro Aeroporto, no Município de Rosário Oeste, visando a suprir os moradores com iluminação digna e confiável, incrementando o progresso e o desenvolvimento do referido bairro.

JUSTIFICATIVA

A ampliação da rede de energia elétrica no Bairro Aeroporto, no Município de Rosário Oeste, faz-se necessária, pois os moradores vêm enfrentando sérios problemas, em consequência das precariedades que enfrentam, principalmente pela falta de energia elétrica. Por isso, ressalta a importância do benefício, ora solicitado, para que possam suprir as necessidades das pessoas que ali residem.

Conhecedores da visão empreendedora da competente equipe que hoje dirige a Rede CEMAT, cujo programa de trabalho contempla ações socializadoras deste serviço, ampliando seu uso às populações mais carentes, é que fundamentamos o presente pleito.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

2º) REQUERIMENTO: Com fulcro no Artigo 272, alínea “b”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora que faça encaminhar ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP, José Carlos Novelli, Requerimento de Informação solicitando o seguinte:

1) Os equipamentos - maquinários - antigos do DVOP estão em boas condições de uso e trabalho? Em que local estão funcionando?

2) Quais os maquinários que compõem as novas equipes?

3) Encaminhar todo o cronograma de trabalho das novas equipes de conservação de estrada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

Também, Sr. Presidente, em solidariedade ao Deputado Amador Tut, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, gostaria de ler o pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro, no Senado da República,

sobre a criação do FETHAB:

“O Senador Jonas Pinheiro criticou, da Tribuna do Senado, o Projeto do Governador Dante de Oliveira...”- aprovado por nós - “...que prevê a cobrança de taxa sobre combustíveis, boi e soja, por entender que prejudicará profundamente o Estado.

Jonas exemplificou que, com a cobrança da taxa, quem vender um boi ou com ele transitar pelo Estado tem que contribuir com R\$3,41, e o produtor de soja, ao vender seu produto, também perde R\$2,81 por tonelada, mais do que isso, há também a incidência de impostos sobre combustíveis como óleo diesel, gasolina e álcool, no valor de R\$0,04 por litro.

O Senador argumentou que com a taxa os produtores de álcool de outros Estados, onde não há incidência de taxa, irão colocar o álcool no mercado mato-grossense por um preço inferior ao produzido no próprio Estado.

Além disso, os produtores de Mato Grosso terão que pagar mais pelo preço do óleo diesel, o que onerará não só a produção, como também o transporte dos produtos, comprometendo a competitividade da produção mato-grossense.

O Senador destacou a sua indignação e o seu inconformismo com essa medida por considerá-la inoportuna e equivocada, no momento em que se faz um grande esforço para recuperar a agricultura mato-grossense e a do País e se ampliar os níveis de emprego. Jonas acredita que o Governador deve estar mal assessorado, porque, com a adoção dessa medida, o Estado, com certeza, deixará de crescer, enfatizou.

Para Jonas, deve haver uma grande mobilização em âmbito estadual, com o fim de revogar essa medida e evitar que outras dessa natureza se propaguem pelos Estados, o que será uma catástrofe para a agricultura. O Senador encerrou seu discurso pedindo apoio do Senado para reverter essa situação e evitar que os produtores mato-grossenses sejam confiscados em cerca de cem milhões de reais. O Parlamentar mato-grossense recebeu apertes de solidariedade e apoio do Senador Ramez Tebet, PMDB-MS; do Senador Carlos Bezerra, PMDB-MT; e do Senador Gerson Camata, PMDB-ES”.

Com isso, Sr. Presidente, fica clara a conivência desta Casa ao votarmos um imposto dessa natureza. Na próxima sexta-feira, se não me engano, haverá uma grande mobilização estadual por parte dos produtores, fechando as portas de entrada e de saída deste Estado para fazer com que o Governo volte atrás nessa medida e possa, de alguma forma, resgatar a justiça social nessa questão.

E quero, aqui, também mostrar uma Lei sancionada pelo Governador Marconi Perillo, de Goiás, que reduz o ICMS... Eu vou ler apenas um trecho da matéria: “A nova Lei de Marconi Perillo reduz de 3% para 1% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS incidente sobre as transações com bovino na Zona Tampão, e concede aos frigoríficos da região crédito outorgado de até 11% nas vendas para outros Estados”. Então, isso mostra a sensibilidade e o compromisso de um jovem Governador, de Goiás, comparado ao seu colega partidário.

E também, Sr. Presidente, quero dizer que estamos solidários ao movimento justo dos Oficiais de Justiça, principalmente porque V. Ex^a e o Deputado Humberto Bosaipo já haviam nos solicitado apoio. Nós vamos dar integral apoio a essa proposta, que faz justiça a essa grande categoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, Srs. Oficiais de Justiça, Srs. Sindicalistas, Srs. trabalhadores da Educação, permitam-me três registros breves nesses três minutos que nos são concedidos pela Presidência, com essa magnificência que lhe é peculiar...(RISOS NO PLENÁRIO)... Puxa vida, dessa vez eu fui longe, Sr. Presidente! (RISOS). Mas não há de ser nada...

Eu digo que, hoje, estou um pouco com a alma lavada. Às vezes, eu saio daqui um

pouco preocupado com o que estou fazendo aqui neste Parlamento, porque, de um lado, nós somos muito atropelados pela Liderança do Governo, e a gente fica, às vezes, chateado, magoado, e, de outro, porque o próprio Parlamento tem um certo grau de pouca produtividade diante da grande produtividade do Executivo, que ganha as manchetes facilmente.

Nós construímos hoje duas imagens positivas, uma ainda por se efetivar, e certamente o faremos. A primeira, a Audiência Pública presidida pela Deputada Serys Slhessarenko, com os profissionais não apenas da Educação - o Deputado Wilson Teixeira Dentinho estava nos alertando ali -, mas com representantes de sindicatos dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Obviamente o maior sindicato, o sindicato que tem tido uma visão mais ampla e mais profunda da luta que se trava com o Poder público em defesa dos seus direitos corporativos e legítimos, que é o SINTEP, soube conduzir aquele processo de uma forma altamente produtiva.

O produto, não se trata apenas de um produto de boa qualidade, demonstrando... Em suma, eu entendi assim, Presidente Júlio Viana - como é Viana, merece todo o nosso respeito, os nossos aplausos... -, Presidente do SINTEP, é que completou-se o seguinte: o Governo do Estado tem dinheiro suficiente para promover, pelo menos, uma recuperação de parte das perdas salariais dos servidores públicos, e se não o fizer, é porque está determinado em não fazê-lo.

Aliás, o exemplo, e eu já vou para os “finalmentes”, do outro lado, é o Tribunal de Justiça, que não teria recursos para pagar a produtividade, calculada sobre um determinado piso...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...um determinado índice, que foi aprovado por esta Assembléia Legislativa, e o Tribunal de Justiça pediu a correção, mas vejam bem o grau de sofisticação do Tribunal de Justiça, de 20 para 01 - olhem bem. E a negociação com o Sindicato dos Oficiais de Justiça conduziu a um resultado que é normal numa negociação, se pedir mais, se negociar e tudo, a um ponto médio de 1 para 10, “nem tanto à terra, nem tanto ao mar”. Ora, se o Tribunal de Justiça... E ele não foi nada generoso, mas foi, pelo menos, democrático em negociar, com a mediação de Deputados deste Parlamento, que, aliás, agiu corretamente ao não aprovar em algum afogadilho um Projeto de Lei que é urgente urgentíssimo, tudo isso que o Governo tenta sempre enfiar goela abaixo da gente, mas que ontem não conseguiu, e só por isso a negociação se procedeu adequadamente.

Sr. Presidente, se o Tribunal de Justiça teve essa capacidade de negociar a produtividade dos Oficiais de Justiça, por que o Governador Dante de Oliveira, o Executivo, não tem a capacidade de negociar com o SINTEP, com os outros servidores públicos para chegar a um denominador comum, que resguarde minimamente o poder de compra dos seus salários? É incrível, mas o Tribunal de Justiça, e especialmente os Oficiais de Justiça e aqueles que, como nós, mediam os seus interesses legítimos e corporativos, não corporativistas, aqui estão igualmente para nós - e espero que com os novos salários os Oficiais de Justiça, pelo menos, não me procurem (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão, também Avaliadores, para apresentar uma Voto de Congratulação:

Com fundamento no art. 272, alínea “c”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja registrado nos Anais da Assembléia Legislativa Voto de Congratulação ao Meritíssimo Juiz de Direito Carlos Alberto Alves da Rocha, Coordenador do Serviço de Atendimento Imediato-SAI, do Juizado Especial Volante da Comarca de Cuiabá, pela maneira proficiente desse magistrado jurisdicionar as suas relevantes atribuições à frente do Juizado Especial Volante, contribuindo, sobremodo, para o desafogamento do ingresso de demandas na Justiça tradicional e propiciando ao cidadão o imediato acesso à Justiça de modo ágil e eficaz,

princípio basilar da cidadania e da democracia.

Esse Voto de Congratulação é extensivo aos demais integrantes do Serviço de Atendimento Imediado-SAI do Juizado Especial Volante da Comarca de Cuiabá.

Requeiro, afinal, que este Voto de Congratulação seja comunicado ao agraciado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB

E para discorrer rapidamente sobre essa questão dos Oficiais de Justiça e Avaliadores de Mato Grosso, para que possamos resgatar essa situação. Já foi dito nesta Casa, em outra oportunidade, da importância, da relevância do papel do meirinho, do Oficial de Justiça na sua relação com a sociedade, ajudando a distribuir justiça.

Em razão disso, tendo esta Casa feito um entendimento de aprovação de algumas matérias com o Poder Judiciário, no bojo vieram algumas alterações que beneficiariam também essas categorias. Estando o Projeto de Lei nesta Casa, a entidade representativa deste segmento procurou os Deputados Humberto Bosaipo e Riva, e o Deputado Humberto Bosaipo então apresentou uma Emenda à matéria originalmente proposta a esta Casa. Ampliando um pouco mais, não concedendo um privilégio, mas alguns reconhecimentos que o Judiciário já fazia a essa importante categoria de profissionais. Entretanto, sucederam alguns fatos que levaram a uma interpretação dúbia desses encaminhamentos, no aspecto jurídico, no aspecto formal, em razão de que basicamente a iniciativa de tal proposição seria exclusiva competência do Judiciário, daí sendo questionada a validade em razão da iniciativa não ter tido esta origem.

Por conta disso, verificou-se depois que o impacto na folha, o impacto financeiro e orçamentário no Poder Judiciário não haveria como ser absorvido naquele molde que foi apresentado e aprovado por esta Casa e, mais ainda, sancionado pelo Governador, mas só se verificou este quadro *a posteriori*. E estabeleceu-se uma situação que, em havendo uma lei sancionada, mas impraticável, pelo reflexo financeiro que iria ocasionar ao Judiciário, eles iriam recorrer com uma ADIN ou com qualquer outra ação no sentido de garantir as condições administrativas, as condições de gerência. Fomos informados disso pelo Rosental, que é o Presidente da Associação, junto com diversos membros da Diretoria, e iniciamos um processo, por designação do Presidente desta Casa, Deputado Riva, com o Tribunal de Justiça, no sentido de buscar um entendimento. Conversamos com vários Srs. Desembargadores e avançamos nessa discussão.

Foi encaminhado, então, buscando um entendimento, e como tal, de forma pacífica com esta Casa, uma solução que evitasse a ADIN, que garantisse aos Oficiais de Justiça manter os ganhos que eles já tinham alcançado, mesmo na proposta original encaminhada a esta Casa, para que pudessemos então avançar um pouco mais.

Entretanto, a proposta que veio a esta Casa veio amarrando a gratificação. A base de cálculo para efeito do pagamento da gratificação de produtividade aos Oficiais de Justiça e Avaliadores será o valor do Vencimento Base de Referência I da Tabela Salarial - Nível Médio dos servidores do Poder Judiciário. É a primeira que chegou, tentando alterar a original, que foi anterior a esta.

Chegando aqui, constatou-se que na Tabela do Tribunal de Justiça consta, na Referência I, o valor de R\$97,18, o que daria um impacto não muito significativo nessa gratificação. Então, ontem à noite, quando havia condições regimentais, uma vez que havia *quorum*, havia a presença dos Srs. Deputados, ainda assim questionamos este encaminhamento e, por fim, pedimos a compreensão da Mesa Diretora, dos Srs. Deputados tanto de Situação quanto de Oposição, para que pudessemos discutir melhor a matéria.

Hoje pela manhã a Mesa concedeu que a matéria fosse apreciada no período noturno,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

para que tivéssemos, então, um prazo hábil para procurarmos de novo a Presidência do Tribunal de Justiça, e assim o fizemos com o conhecimento dos Srs. Deputados.

Estivemos trocando uma idéia durante todo o dia com o Deputado Humberto Bosaipo, que foi o autor da emenda que gerou esse benefício, para que pudéssemos monitorar de que maneira nós iríamos conduzir essa questão. Já tínhamos uma posição tanto da Bancada de Sustentação quanto da Oposição, que em havendo entendimento seria pacífico. Por fim, passamos a tarde inteira no Tribunal de Justiça, acompanhado do Sr. Presidente da Associação, o Sr. Rosenval, e discutimos com o Presidente do Tribunal, Desembargador Munir Feguri, com o Dr. José Tadeu Curi, *a posteriori* com alguns juízes auxiliares, e convencemos que era impraticável essa tabela. Até porque o Projeto de Lei se apresentava dessa forma, Deputado Humberto Bosaipo, mas a própria justificativa falava em determinados trechos em salário mínimo. Então, fizemos a matemática, a conta, e concluímos que era possível avançar. Então, a Emenda do Deputado Humberto Bosaipo previa referência 20 e a proposta que veio do Tribunal previa referência 1, nós chegamos à referência 10, ampliando a base de R\$97,18 para R\$157,34, ou seja, deu uma margem de quase 40%, se não me engano...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. CARLOS BRITO - ...Sr. Presidente, só para concluir.

Houve um ganho real, porque ficou amarrada em nível da referência. Se no futuro essa referência também for alterada, porque a tabela está defasada, com certeza o ganho também se eleva, por uma vantagem ou outra...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – A Presidência solicita a compreensão do Deputado Carlos Brito - eu concedi a V. Ex^a mais quatro minutos e já terminou esse prazo. V. Ex^a terá oportunidade, no Parecer do Projeto, de fazer essas exposições.

O SR. CARLOS BRITO - Sim, Sr. Presidente.

Eu agradeço e eram essas as nossas informações. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, eu ouvia atentamente agora há pouco as palavras do eminente Deputado Wilmar Peres quanto à questão da Rodovia MT-100... Recebi hoje à tarde, Deputado, em nosso gabinete de trabalho uma Comissão de Alto Araguaia, de produtores da região da MT-100, que fazia esse mesmo tipo de reclamação. Com certeza é uma rodovia de produção, e agora, com a melhoria dessa Rodovia e com a inauguração da Ferronorte em Alto Taquari, e depois chegando em Rondonópolis, será de fundamental importância a melhoria da MT-100 para a produção dessa região do Araguaia.

E me informa agora o eminente Deputado Humberto Bosaipo que a região de Ribeirãozinho entra, agora, com o plantio de soja, reforçando mais essa região, mudando a característica econômica dessa região para positivo, e com certeza o Governo do Estado tem que, realmente, encarar essas questões das rodovias de produção com a maior urgência. E tomara que realmente eu seja o cobrador, assim como defendi a criação do Fundo, votei, mas também concordo que se tiver que haver um reestudo para abaixar a taxa, com certeza o Governo, coerentemente, deverá mandar para esta Casa, e nós deveremos reaver, com certeza, a questão desse Fundo.

Eu acredito que esteja dando certo lá no Mato Grosso do Sul, no Governo do PT, porque está sendo elogiado o Governo do PT, com a mesma criação que resolveu os problemas das rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul, eu espero...

(A SR^a SERYS SLHESSARENKO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - ...O que serve para o PT de lá não serve para cá?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Pelo menos está criando também, é diferente. E se cobra do algodão, do gás de cozinha, da gasolina, da soja, cobra-se de tudo também no Mato Grosso do Sul. Aliás, eu quero aqui também rever a questão do ICMS do boi.

Hoje se cobra, Sr. Presidente, o menor ICMS do Brasil, mais barato do que o Estado de Goiás, que cobra 1%, mas cobra em todas as transações. Aqui só cobra ICMS quando o boi morre no frigorífico! Então, eu estou aqui com coragem, porque nós estamos lutando hoje para que possamos arrumar recurso para pagar o funcionalismo público... Eu serei defensor, Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, este final de ano nós vamos questionar a questão da melhoria salarial para o funcionalismo público do Estado de Mato Grosso. Não tenha dúvida.

Quero aqui ser solidário aos funcionários do Tribunal de Justiça, aos Oficiais de Justiça do nosso Estado, homens e mulheres que trabalham diuturnamente neste Estado, e cumprimentar a liderança do Rosental e todas as lideranças dessa categoria, porque conheço a categoria lá em Rondonópolis, em toda a Região Sul, que faz um grande trabalho, mas temos que cumprimentar o trabalho do Deputado Humberto Bosaipo, que ao aumentar a referência para 20 deu margem de negociação. Então, com tudo isso, quero ficar solidário.

Eu disse, hoje cedo, ao Deputado Carlos Brito e ao Deputado Humberto Bosaipo que estaria votando novamente no mesmo projeto que fora enviado aqui pelos Oficiais de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Eu encerro agradecendo e cumprimentando a todos que estão aqui articuladíssimos para defender, com coerência, os Senhores e as suas famílias. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero apenas ratificar o que o Deputado Hermínio J. Barreto disse, porque eu faria essa afirmação posteriormente - 1% de Goiás é superior aos 2% de Mato Grosso, porque cobre todas as operações.

Gostaria de dizer também que o Fundo criado em Mato Grosso, Deputada Serys Slhessarenko, cobra R\$2,41 por tonelada de grãos. Diga-se de passagem que é uma produção desonerada e que não deixa praticamente retorno para o Estado em termos de arrecadação.

No tocante ao boi, eu sou plenamente favorável. Quem tem muitos bois - aqui tem muitos fazendeiros -, tem que ser taxado em R\$3,12. E eu quero corrigir que o pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro está errado, não são R\$3,41, são R\$3,12.

O que nós questionamos é só a questão do óleo diesel e do álcool, que eu acho que de fato, tanto o Governo de Mato Grosso como o de Mato Grosso do Sul, talvez tenham exagerado um pouco na dose, mas na questão da produção eu sou plenamente favorável.

Quero convidar o Deputado Pedro Satélite para assumir a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 21:37 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada Serys Slhessarenko, Oficiais de Justiça, funcionários do Tribunal de Justiça, Avaliadores que estão aqui:

Eu quero tecer, aqui, rápidas considerações sobre a Audiência Pública do SINTEP, ocorrida hoje, na qual eu participei. Pela primeira vez, de todas as reuniões do SINTEP que eu participo, eu vi um trabalho muito bem elaborado, um trabalho de base, um trabalho de argumentos consistentes. O Professor Júlio César Martins Vieira e sua equipe trazem à tona dados aos quais nós Parlamentares, mesmo sendo de Sustentação, da Bancada Governista, temos que nos curvar, porque são dados reais. E acho que não só a categoria dos Professores, mas as demais categorias de funcionários se enquadram nesse perfil de política de investimento do Governo que nós discutimos hoje.

Em que pese alguns exageros partidários que há nessas audiências do SINTEP, que nós sabemos, mais ou menos, a direção, eu gostei bastante da forma criteriosa, da forma inclusive elegante do Presidente do SINTEP, porque não precisa ser agressivo para nos convencer. Não vê o Deputado Gilney Viana? O Deputado Gilney Viana nos faz até apagar fogo de palito de fósforo, pelo jeito dele aqui, com a mão. Então, não precisa ser agressivo para nos convencer de um dado que tem que ser discutido num debate de alto nível.

Quero, Sr. Presidente, que se registre em Ata, nos Anais da Casa esses dois documentos, que eu considero importantes. Eu li com atenção dois trabalhos deles, um é intitulado “Política de investimento do Governo Dante x salário do funcionalismo público” e outro “Evolução salarial no serviço público de Mato Grosso - evolução salarial comparativa funcionário x professor em Mato Grosso:

(TRANSCRIÇÃO INSERIDA NOS ANAIS POR DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA.)

“O QUE O SERVIDOR COMPRAVA HÁ CINCO ANOS E O QUE COMPRA AGORA...

Durante toda a década de 90, os salários dos servidores públicos estaduais de Mato Grosso estiveram em queda. A ausência de uma política salarial que protegesse os ganhos dos servidores da alta inflação provocou um drástico achatamento e redução real nos vencimentos do servidor público.

Em alguns momentos, pensamos que determinado segmento do serviço público teve alguma vantagem. Não é verdade, pois inclusive com os professores, apesar do reajuste de 1995, houve o mesmo achatamento e redução nesse período.

Embora a situação dos funcionários públicos estaduais e dos trabalhadores em educação possa ter uma evolução diferente, ora um levou alguma vantagem, ora outro. Hoje ambos estão praticamente empatados. Todos perderam em capacidade de comprar e consumir os bens que são essenciais para manter a qualidade de vida.

O servidor público de Mato Grosso teve uma perda salarial acumulada inacreditável. Hoje, para recuperar os seus salários, seria necessária uma recomposição salarial de 222,58%.

O PODER DE COMPRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATO GROSSO

Nos últimos dez anos, assistimos a um processo de empobrecimento radical dos servidores estaduais. O poder de compra sofreu uma queda vertiginosa. Hoje, comparado a janeiro de 89, o poder de compra do servidor público de Mato Grosso sofreu uma redução de 69%.

Com os professores foi a mesma coisa. Hoje, eles possuem um poder de compra de 35% em relação a janeiro de 90. Sua perda salarial é de 65%. Para recuperar os salários de 10 anos atrás, é necessária uma recomposição salarial de 185,71%.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO NO GOVERNO DANTE DE OLIVEIRA.

Hoje, Mato Grosso aplica na educação menos do que era aplicado em 1995. Por essa razão, não podemos dizer que essa seja uma atividade estratégica, como diz a Lei Complementar nº 49/98, nem uma prioridade deste Governo, conforme é anunciado constantemente nos meios de comunicação.

Nesse período, com exceção do ano de 1999, houve uma redução do recurso estadual aplicado. Esse fato é determinante, não só para a questão salarial, mas para toda oferta educacional desse período.

Durante esses anos, o percentual das Receitas Correntes aplicado na Educação Pública Estadual sempre esteve abaixo dos 25,51%. Ou seja, mesmo quando o valor nominal aplicado cresceu, isso não significou um incremento do financiamento educacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Embora em julho de 1995, o Governo Dante de Oliveira tenha concedido um reajuste de 42,38%, após uma greve dos trabalhadores da educação, as despesas com pessoal são hoje menores que naquela época. Hoje, correspondem a 78,34% do que eram em 1995. Não podemos esquecer que o principal encargo para manter uma política educacional é o de pessoal.

RECEITA DESTINADA À SAÚDE

O financiamento da Saúde Pública sofre uma profunda redução durante este Governo. Na realidade, houve um 'desinvestimento' no setor.

Hoje, o Estado aplica na saúde apenas 38,84% do que aplicava em 1995. Isso demonstra que a política pública para essa área não é prioridade deste Governo. Com essa prática, não só os servidores públicos do setor sofreram prejuízos, mas toda a sociedade com a falta de assistência médico-hospitalar e, principalmente, ações preventivas de saúde no Estado.

Considerando as Receitas Correntes, neste período, foram aplicados sempre percentuais cada vez menores em saúde. Em 1995, o percentual era de 17,41% das Receitas Correntes; atualmente, é de apenas 5,38%.

Para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais da Saúde Pública houve um aumento nominal significativo.

No ano de 1998 esta despesa chegou a ser 57,07% maior do que em 1995, porém para o ano de 2000 está prevista uma queda nas despesas de pessoal. Contudo, durante todo o período deste Governo não houve qualquer reajuste de salários.

RECEITA DESTINADA À SEGURANÇA

Diferente da Educação e da Saúde, a Segurança Pública teve, durante este Governo, um crescimento nominal do recurso aplicado.

Este aumento do recurso aplicado foi de 55,5%, no período de 1995 a 2000. Embora, em relação às Receitas Correntes, não tenha ocorrido um aumento expressivo do percentual investido por esse governo em Segurança Pública.

RECEITAS CORRENTES APLICADAS

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais na Segurança Pública também aumentaram.

Considerando as despesas de 1995, as previstas para o ano 2000 são maiores em 102,57% (mais que o dobro).

Para o ano 2000 está previsto aplicar 70,08% da Receita do setor em despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

RECEITA DESTINADA À INFRA-ESTRUTURA

As atividades da Secretaria de Infra-estrutura tiveram um aumento dos recursos aplicados por esse Governo. De R\$76.242.388,00, em 1995, saltou para R\$4241.266.249,00, em 2000.

Isso significou um crescimento do financiamento do setor em 216,45%.

Considerando 1995, está previsto para 2000 um pequeno crescimento nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DE MATO GROSSO

Durante o período de 1989 a 2000, a economia de Mato Grosso cresceu. O Estado ficou mais rico e ampliou sua capacidade produtiva. Gerou bens, serviços e mercadorias que

possibilitaram seu avanço econômico.

Isso deveria possibilitar aumento da Receita, melhores condições para os serviços públicos e salários mais dignos para os servidores estaduais. Contudo, não foi o que aconteceu. A produção de alguns bens praticamente triplicou, outros dobraram; os salários dos servidores foram reduzidos a um terço. Enquanto a sociedade mato-grossense produzia mais riqueza, os servidores públicos estavam cada dia mais pobres.

A RENDA MÉDIA DO CHEFE DA FAMÍLIA

A renda média de um chefe de família, em Mato Grosso, no ano de 1990, era de R\$472,80, e de R\$621,50 no ano de 97, crescendo no período 31% - dados da SEFAZ/MT. No mesmo período, os chefes de família servidores do Estado sofreram uma queda em seu poder de compra de 60%.

A ARRECADAÇÃO NO GOVERNO DANTE DE OLIVEIRA

Nesse período a arrecadação do Estado de Mato Grosso também cresceu muito. De R\$1.544.411.151,00 em 1995, evoluiu para R\$1.941.531.349,00 em 2000.

Durante o Governo de Dante de Oliveira, mesmo com uma constante renúncia e incentivos fiscais, as Receitas Correntes aumentaram em 25,71%.

O investimento em infra-estrutura foi o que mais cresceu no período. Contudo, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais do setor não acompanharam este crescimento.

Hoje, estas despesas correspondem a apenas 6,94% da receita destinada a esta atividade.

Esta prioridade é bastante ilustrativa, pois é este setor que beneficia diretamente os empresários, principalmente as empreiteiras contratadas para as obras.

SALÁRIOS NO GOVERNO DANTE DE OLIVEIRA

Durante o Governo Dante de Oliveira, os servidores públicos não tiveram qualquer reposição salarial. Esse congelamento fez com que, hoje, o poder de compra destes trabalhadores seja de apenas 65,29% do que era quando ele assumiu o Governo. Para recompor as perdas deste período seria necessário um reajuste de 53,26%. Ano a ano, a inflação, mesmo sendo menor neste período, vem corroendo os salários, deixando essa categoria mais pobre.

O PODER DE COMPRA DO PISO SALARIAL DA EDUCAÇÃO

Apresentação:

A Lei Complementar nº 50/98 define o mês de outubro de cada ano como a data base do Trabalhador da Educação Pública/MT. Isso significa que nesse período o Piso Salarial dessa categoria deve sofrer uma correção de acordo com a inflação.

Em outubro de 1999, essa lei já teria que ter sido colocada em prática. Com a inflação que tivemos neste ano, o primeiro de vigência da lei, o salário deveria ter passado por um reajuste natural, o que não ocorreu.

Queremos assim, com base em dados oficiais sobre a inflação ocorrida nesse período, discutir a perda do poder de compra dos trabalhadores da Educação, ocasionada pelo descumprimento desta lei.

PODER DE COMPRA DO PISO SALARIAL

O crescimento do custo de vida pode ser percebido se observamos uma pesquisa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

realizada entre outubro de 1998 e outubro de 1999, sobre os preços da Cesta Básica em Cuiabá e Várzea Grande, pelo Núcleo de Pesquisas Econômicas - NPE da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

A cesta de alimentos, conforme a lei que institui o Salário Mínimo, calculada pelo Núcleo de Pesquisas Econômicas - NPE da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, em Cuiabá/Várzea Grande, em outubro de 1998 custava R\$87,34 e, em outubro de 1999, só podia ser comprada por R\$100,02 - variação de 14,52%. Também ‘subiu’ a gasolina, as tarifas de energia elétrica e telefone, produtos de limpeza e higiene, medicamentos, o dólar... Só os salários dos servidores é que estiveram congelados.

Considerando a Inflação Oficial, entre outubro/98 a outubro/99, o Piso Salarial dos Profissionais da Educação Básica reduziu o seu Poder de Compra para 91,47% do que era, quando foi implantado.

Sem a recomposição do Piso Salarial, a cada mês que passa o nosso salário é reduzido mais ainda em seu Poder de Compra.

Para recuperar o valor do Piso Salarial, precisaria haver uma recomposição de cerca de 10%. Ou seja, o Piso Salarial dos Profissionais da Educação Básica deveria ser R\$511,50, a partir de 01 de outubro de 1999 para podermos comprar o mesmo da época em que ele foi implantado.

O interessante é que as Receitas Correntes do Estado vem aumentando, ano após ano. Desde o início do Governo cresceu 25,71%. Já o investimento em Educação foi reduzido no mesmo período para 95,18% do aplicado em 1995.

O mesmo está ocorrendo com o gasto com Pessoal e Encargos Sociais, na Educação. Hoje, essa despesa do Governo Dante de Oliveira, é de apenas 78,34% do que era em 1995.

O Governo de Mato Grosso se nega a reavaliar o Piso Salarial dos profissionais da Educação, alegando a necessidade de proceder ao Ajuste Fiscal do Estado. Porém, esse discurso, como vimos, não tem fundamento, pois desde 1995 as Receitas Correntes cresceram em 25,71%, enquanto o investimento em políticas públicas, em especial a Educação, caía.

Com a Receita Corrente em crescimento, e aplicando menos em Saúde, Educação e Segurança; congelando os salários dos servidores; diminuindo despesas com Pessoal e Encargos Sociais; privatizando as estatais; o argumento do Governo não é justo!

Afinal, como procederemos para realizar o ajuste de nossa economia doméstica com preços em alta e salários congelados?”

Quero, Sr. Presidente, que fiquem registrados em Ata, nos Anais da Casa, esses dois documentos que eu considero importantes.

Outro aspecto, Sr. Presidente, é em relação aos Oficiais de Justiça. Eu não quero aplausos, não quero reconhecimento, porque o meu papel de Deputado é defender as categorias, principalmente os funcionários públicos. Eu fiz isso agora, recentemente, aprovar nesta Casa a Lei dos Precatórios. Por bem ou por mal, a Lei dos Precatórios está possibilitando que funcionários públicos, principalmente os que tinham salário a receber, já possam, em forma de compensação, negociar esses papéis - isso já é pelo menos um alento. Só as Especialistas de Educação têm vinte e cinco milhões para receber do Estado - algumas até morreram sem receber! De forma que está sendo negociado em deságio, alguns altos, alguns mais baixos, isso é regra do mercado, da oferta e da procura.

Eu quero dizer que venho sempre trabalhando aqui em defesa dessas categorias, porque eu sou funcionário público aqui da Assembléia Legislativa desde 1975, continuo funcionário, e tenho muita honra em dizer que sou funcionário desta Casa.

E quero aqui fazer justiça a duas pessoas em relação a esse Projeto dos Oficiais de

Justiça: uma, eu já disse aqui, é o Presidente Rosenval. O que a gente quer de um líder de classe, o que a gente quer de um representante nosso, tanto na área política, como na área classista, é que seja um representante que fale a linguagem dos seus representados, que seja honesto com seus propósitos e que tenha caráter. Então, eu quero aqui, publicamente, lhe dizer que o conhecimento com você aqui, com o seu trabalho, me leva a fazer um reconhecimento do seu caráter, da sua firmeza e da sua coragem. Poucos são os líderes classistas que têm coragem... Eu vou dar um exemplo que sempre uso aqui: no Governo Jayme Campos, eu era Líder do Governo e aqui vivia cheio de lideranças, de sindicatos, do SINTEP e de tudo quanto era sindicato. O Dante de Oliveira assumiu e no primeiro ano empregou os cabeças dos movimentos, inclusive o Elismar Bezerra, que é do meu Partido hoje. Bastou ele empregá-los que acabou, desapareceram os sindicalistas daqui. Eu sempre brincava com o Elismar, que ele vinha aqui de chinelo bambolê e agora está usando até sapato de bico fino. Então, esse seu caráter, Rosénval é que perpassa para a categoria, é isso que nós queremos dos representantes, que vocês confiem em nós, mas que nós confiemos em vocês também, porque, vejam só, falam muito mal dos políticos, não falam?...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPPO - ...Mais um minuto, Sr. Presidente.

O político tem que dar camiseta, tem que dar não sei o que para o eleitor, tem que buscar, tem que dar passagem, tem que fazer condescendência, então, é de lá para cá e daqui para lá. Essa prática política tem que ser mudada. E só muda como? Com a participação efetiva dos Oficiais, eu dizia aqui.

A outra pessoa a quem eu quero aqui tecer um elogio muito grande é ao Deputado Carlos Brito, pela sua capacidade de articulação, porque ele foi Oficial de Justiça, e tem o mérito de estar aqui como Deputado. Nós temos que nos sentir orgulhosos do Deputado Carlos Brito (PALMAS)... Por quê? O Deputado Riva, no papel de Presidente, colocou o Projeto para ser votado, mas o Deputado Riva também teve a decência de quando, tanto o Deputado Carlos Brito quanto eu, nos articulamos para pedir que esse Projeto de Lei não fosse votado antes de conversarmos com o Rosénval, Presidente da categoria, ele teve a condescendência de reverter, inclusive a pauta, que foi um pedido de inversão de pauta.

Agora, eu quero, além de agradecer ao Deputado Riva, agradecer aos demais Deputados que manifestaram apoio a esse projeto.

E quero dizer ao Deputado Carlos Brito, que inicia a sua vida Parlamentar como Deputado Estadual aqui, que esse é o trabalho que mais me apaixona na política, é o trabalho de articulação, é o trabalho de convencimento. Não adianta nós gritarmos, brigarmos, se nós não tivermos o poder de convencimento, e vocês, eu tenho certeza de que, além de todos nós aqui que os defendemos, vocês têm um legítimo representante da categoria, que é o Deputado Carlos Brito, que hoje passou o dia todo articulando com Desembargadores e mantendo contato conosco por telefone.

Quero também, por outro lado, dizer que o Desembargador Tadeu Curi e o Desembargador Munir Feguri nos procuraram, por telefone, diversas vezes, e nós pedimos aos dois Desembargadores que abrissem a conversação. O Desembargador Munir Feguri, com aquele jeitão turco dele, aquele jeitão duro dele, foi a pessoa que possibilitou chegar inclusive a esse entendimento. Eu não sei se isso aconteceria com o Dr. Wandyr Clait Duarte, porque quando ele se zanga, o mundo muda para ele - eu falei isso pessoalmente para ele.

Eu quero dizer, Deputado Carlos Brito, que V. Ex^a está de parabéns, e também que este Projeto vai ser possível, vai ser aprovado aqui com o apoio da Bancada do Governo. Nós já pedimos a aquiescência ao Líder do Governo, Deputado Rene Barbour. O Deputado Rene Barbour já

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

nos autorizou a dizer que a Bancada do Governo vai votar favoravelmente, e se ele não disser isso aqui, ninguém vota - V. Ex^{as} não se iludam, não! É ele quem comanda o negócio aqui...

Então, Sr. Presidente, eu agradeço o apoio dos demais Deputados. Acho que o movimento de vocês cresceu em experiência, organização e, principalmente, em unidade. Por quê? Porque doeu no bolso. É preciso que essa dor do bolso passe para a dor da consciência, não basta só o Rosental e mais alguns dois lutarem por vocês, vocês têm que ajudá-lo mais, na diretoria, prestigiá-lo mais, participar mais para que vocês sejam fortes como vocês estão ficando, inclusive no Estado todo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, platéia aqui presente, eu vou usar esses três minutos para me dirigir aos Deputados Wilmar Peres e Humberto Bosaipo, que usaram da palavra e falaram sobre a MT-100.

Realmente a MT-100, de Cocalinho até Alto Araguaia, está péssima, está ruim, mas só para informação, o Deputado Humberto Bosaipo, junto comigo e o Diretor-Presidente do DVOP José Carlos Novelli... O Novelli fez um compromisso conosco, a ponte já está sendo arrumada, mas o maior compromisso que ele fez é que, assim que os primeiros maquinários comecem a trabalhar, as três serras... De Ribeirãozinho a Alto Araguaia não sobe carreta com soja, tem que ser com menor tonelagem ou caminhão pequeno. E ele tem esse compromisso comigo e com o Deputado Humberto Bosaipo - nós fomos juntos no DVOP - de fazer um dos primeiros serviços do DVOP, levamos fotografia, levamos tudo. A ponte de São João, desde dezembro do ano passado eu venho pelejando para conseguir arrumar, e estão fazendo meia sola nela. Ela é uma ponte inteira, está pronto um lado, falta outro lado, e eles estão arrumando esse lado.

E não está garantido ainda. Eu pedi para o Governador e ele me autorizou falar com o Diretor-Presidente do DVOP, Carlos Novelli, para que ele inclua a ponte de São João no Projeto Itália, se conseguir esse aumento das pontes no Projeto Itália. E na inauguração da ponte de Araguaiana, o Governador autorizou também arrumar esse pedaço - inclusive, até os fazendeiros ajudariam e agora não vai ser preciso mais, porque realmente há mais de dez anos que de Araguaiana a Cocalinho fica interditado durante todo o ano, mas eu acredito que, com a boa vontade do Governo e com esse dinheiro agora, não tem mais como ficar iludindo a comunidade. Eu acredito que, se Deus quiser, nós vamos lutar juntos aqui para defender não só a MT-100, mas as estradas da nossa região. Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, funcionários desta Casa, funcionários do Tribunal de Justiça, Oficiais de Justiça aqui presentes, a nossa fala, primeiramente, vai retomar a discussão sobre o salário mínimo.

Nós estamos vendo, Sr. Presidente, as entidades se organizando e pedindo aumento só para professor, e nós estamos embutidos nessa situação, juntos, em uma reavaliação do salário do servidor público em geral, não só para uma classe merecedora, que são os professores, mas o que nós não podemos aceitar é que daqui mais um tempo o salário do funcionário público do Estado de Mato Grosso só tenha desconto, desconto, desconto, e embaixo zero, zero, zero - e daqui mais um tempo menos tanto.

Então, nós temos que fazer uma política de salário mínimo e de salário do servidor público do Estado, com a proposta de começar a avançar, para mostrar ao servidor público que este Governo tem, sim, um compromisso com o servidor público do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Também, Sr. Presidente, nesse sentido, quero falar que vários Deputados aqui estão querendo amedrontar o Estado, amedrontar Deputados aqui, amedrontar a Assembléia Legislativa sobre a questão que o Sindicato dos Combustíveis vai fechar o Estado e não sei mais o quê, sobre o Fundo Rodoviário que nós aprovamos. É bom que se diga também, Sr. Presidente, que está na hora de nós começarmos a fazer uma pressão nessa gasolina do Estado de Mato Grosso... A gasolina não está a R\$1,20 neste Estado por causa de um cartel montado! Um posto na Avenida do CPA colocou a gasolina a R\$1,20 de manhã e à tarde fecharam o posto, o próprio sindicato, com uma liminar!

Então, nós vamos trazer essa discussão aqui, Deputado Rene Barbour - V. Ex^a, como nosso Líder maior -, vamos convocar, vamos trazer aqui o INMETRO, o PROCON, para que possamos começar a discutir essa questão dos combustíveis no Estado de Mato Grosso, porque é uma questão muito mais complexa do que Fundo Rodoviário, que é a garantia. Oxalá as palavras do Deputado Moacir Pires sejam aquelas que eu ouvi dele... Não votei a favor e quero, daqui a um ano, ter me arrependido de não ter votado, porque as estradas arrumaram e a situação do Estado é outra hoje, então, nós temos essa discussão.

Quero deixar bem claro aos Oficiais de Justiça, ao Deputado Carlos Brito, que conheço bem, fui seu 1º Secretário na Câmara Municipal de Cuiabá, tive a honra de trabalhar junto com ele, conheço o seu poder de articulação... E, claro, Deputado Carlos Brito, junto com os Oficiais de Justiça, que é uma classe organizada, é merecedor do que organizaram e estão hoje aqui com direito adquirido, esperando a nossa votação. Vou deixar bem claro aqui, conforme o Deputado Humberto Bosaipo falou, o Deputado Rene Barbour já sinalizou, vou votar favorável, mas também quero deixar bem claro ao Deputado Rene Barbour que, caso contrário, votaria contra V. Ex^a e depois levaria um puxão de orelha, mas não posso votar contra o servidor de maneira nenhuma. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Nós apenas queremos dizer ao nobre Deputado Wilson Teixeira Dentina que, hoje, demos uma entrevista à imprensa televisionada, falando sobre essa questão do combustível, que é séria aqui em Mato Grosso, de modo que em cada esquina está se abrindo um posto de combustível. Alguma coisa deve estar havendo, e nós entendemos, porque recebemos diversas denúncias de usuários, donos de automóveis reclamando da mistura que está sendo feita na gasolina - 50% álcool e 50% gasolina. Então, se nós acabarmos com a “máfia” que existe no petróleo, se houver uma concorrência leal, porque a que está aí é desleal, com certeza nós não teremos tantas dificuldades.

Sobre a mesa, uma Moção de Congratulações de autoria do Deputado Moacir Pires:

“Com respaldo no Art. 237, alínea ‘h’, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Congratulações endereçada aos jornalistas do Estado de Mato Grosso.

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO congratula-se com os jornalistas pelo dia 07 de abril, data alusiva à comemoração do Dia do Jornalista.

O papel deste profissional na sociedade tornou-se indispensável, noticiando informações com coerência e fidelidade, pautados sempre em uma conduta ética. Através da liberdade de expressão, mostram os caminhos que conduzem à Justiça, sempre buscando os mais nobres intentos construtivos.

O Jornalista está presente em todas as transformações ocorridas em nossa história, denunciando ou levando ao conhecimento público os fatos, e propiciando mudanças significativas na construção de um mundo melhor.

No desempenho de sua função, integra a Nação brasileira em todos os cenários mundiais. As informações e conceitos que nos são passados gera uma rede de comunicação global, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
20:00 HORAS.

leva à transformação de todo um universo humano.

Parabéns a este profissional que muito contribui para a transparência da história de nosso País.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 05 de abril de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de sete minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão: vamos começar a Ordem do Dia, para que seja votado o Projeto dos Oficiais de Justiça (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Não havendo nenhum orador inscrito no Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Rene Barbour - Peço a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Rene Barbour, Líder do Governo.

O SR. RENE BARBOUR - Alguns minutinhos só, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para fazer um posicionamento da Bancada do Governo, da qual sou Líder.

Quero dizer que a Bancada do Governo tem número suficiente para aprovar ou rejeitar todas as matérias, mas quem conduziu este processo, que me pediu que lhe desse todo apoio para conduzir este processo foi o Deputado Carlos Brito, que é um Oficial de Justiça, que conhece os problemas da classe, e naturalmente que a Bancada do Governo foi solidária com o Deputado Carlos Brito, foi solidária com a classe dos Oficiais de Justiça, na qual eu tenho muitos amigos no interior e aqui na Capital também. É uma classe que às vezes arrisca até a própria vida na sua missão, cumprindo decisões judiciais, porque decisão não se discute, cumpre-se, e nós estivemos, a Bancada do Governo esteve solidária desde o início, e só nos manifestamos favoravelmente à aprovação depois do sinal verde de que esse acordo, essa Emenda do Deputado Humberto Bosaipo, muito bem pensada, muito bem elaborada não prejudicaria a classe. E a Bancada do Governo está totalmente solidária com a aprovação do Projeto com sua Emenda, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Indicação...

O Sr. Gilney Viana - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, tendo em vista que todas as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente da presente Sessão já são do conhecimento dos Srs. Deputados, solicito a V. Ex^a que proceda à votação de forma englobada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Gilney Viana. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão todas as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Juiz de Direito Dr. Carlos Alberto Alves da Rocha e equipe, em face do excelente trabalho desenvolvido frente ao Serviço de Atendimento Imediato - SAI.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
20:00 HORAS.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Moacir Pires, endereçada aos Jornalistas do Estado de Mato Grosso, pela comemoração ao Dia do Jornalista.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Solidariedade de autoria do Deputado Riva, aos profissionais pedagogos do Brasil, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.746/98, que trata da regulamentação dessa profissão.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de informação de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Diretor-Presidente do DVOP, solicitando todo o cronograma de trabalho das novas equipes de conservação de estradas.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em 1ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 32/00, de autoria do Poder Judiciário, que altera a base de cálculo estabelecida no Art. 2º da Lei nº 7.256, de 12/01/2000, e dá outras providências.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlos Brito, que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer a respeito do referido Projeto.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, convoco os membros presentes para analisar o Projeto de Lei nº 32/00, de autoria do Tribunal de Justiça, que tramita em caráter de urgência urgentíssima, que altera a base de cálculo estabelecida no Art. 2º da Lei nº 7.256, de 12/01/2000, e dá outras providências:

“A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A base de cálculo para efeito de pagamento da gratificação de produtividade aos Oficiais de Justiça e Avaliadores será o valor do Vencimento Base da Referência 10 da Tabela Salarial - Nível Médio dos Servidores do Poder Judiciário.

Art. 2º Afere-se a produtividade quando cumprida de forma satisfatória a diligência, não incidindo antes de cumprido o mandato.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, em parte, o *caput* do Art. 2º da Lei nº 7.256, de 12/01/2000”.

Seguem as assinaturas e justificativa em anexo.

Sr. Presidente, peço que se some a este Relatório os pronunciamentos do Deputado Humberto Bosaipo, do Deputado Carlos Brito e de todos aqueles que trataram a questão, para que possamos, ao analisar a história dessa matéria, ter registradas essas posições.

Portanto, Sr. Presidente, analisando e entendendo ter sido resgatado, mesmo que ainda não seja aquilo que entendíamos que a classe devia ser contemplada, mas tendo havido um avanço significativo nas conversações com o Tribunal de Justiça, articulado por este Poder Legislativo, nós somos de Parecer favorável, ressaltando, ainda, que durante os encaminhamentos sempre esteve presente o companheiro Rosenvál, que, com dignidade, se portou em todo esse processo com coragem, representando à altura a categoria e, é bom que se diga isso, em momento nenhum fraquejando, ao contrário, presente aqui na Assembléia Legislativa, presente conosco lá diante dos Desembargadores, e tiramos ainda, Deputados, a posição de que há futuro, havendo uma melhor condição por parte do Tribunal de Justiça, ainda se estudaria, permitindo à categoria uma retomada de conversação para um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

possível avanço nisso que ora foi concedido.

Portanto, emito Parecer favorável e passo à coleta dos votos dos demais membros: Deputado Joaquim Sucena...

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, trata-se de um Projeto que já foi amplamente debatido, já foi negociado e, graças à intervenção da Assembléia Legislativa, nós tivemos um avanço considerável naquilo que foi o projeto original, e pelo abalizado voto proferido por V. Ex^a, votamos com o Relator.

O SR. CARLOS BRITO - Deputado Alencar Soares...

O SR. ALENCAR SOARES (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, nós votamos com o Relator. Confiando, vendo, sabendo e acompanhando todo o trabalho, damos o nosso voto favorável, com o Relator (PALMAS).

O SR. CARLOS BRITO - Deputado Humberto Bosaipo (COM O RELATOR - PALMAS); Deputado Moacir Pires...

O SR. MOACIR PIRES (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Voto com o Relator e peço à Bancada do PFL que vote favorável também ao Projeto (PALMAS).

O SR. CARLOS BRITO - O Deputado Pedro Satélite é outro membro da Comissão, mas como está na Presidência da Sessão não poderá votar, mas tenho conhecimento de seu voto favorável, assim como de toda a Bancada do PSDB nesta Casa. Portanto, Sr. Presidente, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, normalmente, uma matéria que é votada em 1ª discussão como esta, vota-se apenas o Parecer da legalidade e da constitucionalidade, não se vota o Parecer de mérito, que é votado na 2ª Comissão, que é a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa. E para que este Projeto seja votado hoje, quero explicar aos Oficiais de Justiça, é necessário que nós convoquemos uma Sessão Extraordinária, e é este o objeto, ilustre Presidente, da minha convocação oral, para que V. Ex^a convoque, após finda esta Sessão, uma Sessão extraordinária, e aí eu pediria à Assessoria de plenário para colher as assinaturas dos Parlamentares, e que V. Ex^a, com a sua generosidade, aprove este Projeto e dê este pequeno presente aos Oficiais de Justiça ainda hoje (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Devido à importância do Projeto de Lei, como é de praxe nesta Casa, defiro o pedido de V. Ex^a. Vou apenas apreciar mais um Projeto de Lei, e logo após convocarei uma Sessão Extraordinária para apreciar, em 2ª discussão, esse Projeto de Lei.

Em 2ª discussão, em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 62/00, de autoria do Deputado Riva, que altera dispositivo da Lei nº 7.226, de 22 de dezembro de 1999, que cria no Quadro de Pessoal da Administração Pública Direta os cargos que menciona.

Solicito ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária que reúna a mesma em plenário para emitir Parecer oral à referida matéria.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Reunida a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, convoco o Deputado Wilson Teixeira Dentina para emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 62/00, de autoria do Deputado Riva, que altera dispositivo da Lei nº

7.226, de 22 de dezembro de 1999, que cria no Quadro de Pessoal da Administração Pública Direta os cargos que menciona.

Convoco o Deputado Wilson Teixeira Dentinho para relatar a referida matéria (PAUSA)...

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Sr. Presidente, se possível, solicito a suspensão da Sessão por...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - A Presidência comunica ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária encontra-se reunida em plenário neste momento.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, eu solicito a suspensão da Sessão por dois minutos, para que o Deputado Wilson Teixeira Dentinho converse com os autores do Projeto, Deputados Gilney Viana e Riva, e em seguida voltaremos a nos posicionar nesta Comissão

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu quero sugerir, ao invés de conceder a suspensão da Sessão por dois minutos, que V. Ex^a inverta a ordem de votação do meu Projeto de Lei, porque eu vou reanalisá-lo e poderemos apreciá-lo na Sessão de amanhã.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - De acordo, nobre Deputado Riva.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, antes de terminar esta Sessão, tem ainda alguma matéria em pauta? Não. É que vai ter uma outra Sessão...

Eu queria deixar registrado aqui nos Anais da Assembléia Legislativa, como Deputado da Oposição, que essa prática que nós fizemos hoje com os Ofícios de Justiça devia ser uma prática constante na Assembléia Legislativa, porque um dos maiores erros é a falta de diálogo e de discussão nesta Casa de Leis.

Então, eu acredito que desta vez a Comissão foi correta e, realmente, atingiu o objetivo. Era só isso (PALMAS).

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, a Presidência comunica que nós deferimos a retirada do Projeto da Ordem do Dia, a pedido do autor, Deputado Riva, e será apreciado na Sessão de amanhã.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Sr. Presidente, serei breve, apenas para comunicar ao Plenário da Assembléia Legislativa que a Comissão de Diretos Humanos e Cidadania, amanhã, estará visitando Cáceres para promover a averiguação do sistema prisional e do sistema admissional. Ou seja, aquele do trabalho da Justiça, da Polícia Judiciária, visitando a cadeia pública, a delegacia e a instituição que atende aos menores infratores, e também com a participação do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade e do Centro de Direitos Humanos de Cáceres. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE ABRIL DE 2000, ÀS
20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Wilmar Peres (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Nilson Leitão (EM MISSÃO OFICIAL), do PSDB; Eliene (PSB) e Romoaldo Júnior (PPS - EM MISSÃO OFICIAL), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco uma Sessão Extraordinária para as 22:17 horas.

Declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda.